



PARENTALIDADE FRATURADA NA PRIMEIRA INFÂNCIA: UM ESTUDO SOBRE O ABANDONO E O ACOLHIMENTO, EM ARAGUAÍNA – TO^{1*}

Fractured Parenting in Early Childhood: a Study on Abandonment and Reception, in Araguaína – To

Luciana Ribeiro da CRUZ

Secretaria Municipal da Educação/SEMED
Universidade Federal do Tocantins/UFT
Araguaína, Brasil
luciana_rib_cruz@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-9408-3286> 

Thelma Pontes BORGES

Mestrado em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais
Universidade Federal do Norte do Tocantins/UFNT
Araguaína, Brasil
thelma.borges@ufnt.edu.br
<https://orcid.org/0000-0001-6073-8937> 

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo 

RESUMO

A primeira infância pode ser compreendida como a principal fase da vida de um sujeito e rupturas no cuidado afetam o desenvolvimento. Este artigo propõe-se a expor os perfis dos bebês e das crianças de até seis anos de idade, acolhidas em uma instituição pública que atua como abrigo temporário, em Araguaína-TO. Filiados a psicanálise, conceituou-se o termo parentalidade para, seguidamente, delinear um retrato da ruptura do laço vivenciado. A análise ocorreu por meio da estatística descritiva e da inferencial de dois tipos de documentos: (i) Controle de Entrada dos Acolhidos e (ii) Fichas do Acolhimento, entre os anos de 2008 a 2021, totalizando 352 crianças. Como resultado foi possível identificar a incidência de idades, motivos de acolhimento, configuração familiar, entre outros fatores. A delinearção do perfil das relações permite pensar em políticas adequadas para esse público, a fim de prevenir e mitigar danos à infância.

PALAVRAS-CHAVE: Parentalidade. Abandono. Primeira Infância. Araguaína-TO.

ABSTRACT

Early childhood can be understood as the main phase of a subject's life and ruptures in care affect development. This article proposes to expose the profiles of babies and children up to six years old, welcomed in a public institution that acts as a temporary shelter, in Araguaína-TO. Affiliated to psychoanalysis, parenting was conceptualized to then outline a picture of the rupture of the experienced bond. The analysis was carried out using descriptive and inferential statistics of two types of documents: (i) Entrance Control for Residents and, (ii) Reception Forms, between the years 2008 to 2021, totaling 352 children. As a result, it was possible to identify the incidence of age, reasons for hosting, family configuration, among other factors. The delineation of the profile of relationships allows thinking about appropriate policies for this public, in order to prevent and mitigate damage to childhood.

KEYWORDS: Parenting. Abandonment. Early Childhood. Araguaína-TO.

¹ O artigo apresenta os resultados parciais da dissertação da autora.

INTRODUÇÃO

O ato de cuidar está assinalado nas atitudes significativas e indispesáveis à vida e à sobrevivência, nos gestos, na essência e na disposição do ser, na natureza física de todo e qualquer sujeito humano, nos momentos em que estes são convocados a cuidar de si e a cuidar do outro; uma ação essencial e universal, principiada desde a concepção - no útero, e de caráter a perdurar por toda uma vida. É bem verdade que o cuidado é parte peculiar da vida, “mais importante, inclusive, do que outros elementos na origem do homem” (França; Rocha, 2015, p. 414).

Na esteira de França e Rocha (2015, p. 415), “as dimensões do cuidado atravessam os indivíduos desde muito cedo, participando e contribuindo para a constituição da subjetividade”. Sob a visão psicanalítica dessas autoras, nota-se a dedicação como um elemento relevante à subjetivação², o que reforça o sujeito humano como resultado do cuidado e, evidentemente, um sujeito cuidador.

Com a ausência, ou mesmo, com a quebra da relação positiva entre o sujeito infantil e o adulto responsável, oportuno destacar, na principal fase da vida, denominada primeira infância³, pode-se dizer que há uma “fratura”, em outras palavras, uma “fratura na parentalidade”, uma ruptura nos laços necessários para a sobrevivência.

Partindo do entendimento de que a interrupção da relação profícua entre o sujeito cuidador e o sujeito do cuidado é um problema do ponto de vista da parentalidade, este estudo, parte do seguinte questionamento: “Quais são as características dos sujeitos da primeira infância, abandonados em um dos dois abrigos temporários da cidade média de Araguaína, localizada no estado do Tocantins?”. Para tanto, tem por objetivo expor os perfis dos bebês e das crianças de até seis anos de idade que perpassaram pelo abandono parental, sendo estas, acolhidas em um abrigo temporário de Araguaína -TO, a saber: na Casa de Acolhimento Ana Carolina Tenório Lima⁴ (C.A.A.C.T.L.).

² Para a Psicanálise a subjetividade é resultante da sintaxe do inconsciente e suas manifestações. Para saber mais sugere-se: TOREZAN, Zélia Cristina Facci; AGUIAR, Fernando. O sujeito de Psicanálise: particularidades na contemporaneidade. **Revista Mal estar e subjetividade**. Fortaleza, vol. 11, n.º 2, pp. 525-554, 2011. Disponível: [O sujeito da psicanálise: particularidades na contemporaneidade \(bvsalud.org\)](https://bvsalud.org/2011/02/01/02/01/2023/). Acesso em: 02/01/2023.

³ De acordo com o Art. 2, Lei n. 13.257, de 8 de março de 2016, a primeira infância trata-se da fase que integra os primeiros seis anos completos ou 72 meses iniciais de vida. Período compreendido desde a fase da gestação da criança - no ventre materno - até os 06 (seis) anos de idade, um momento crucial à formação das estruturas, dos circuitos cerebrais basilares, do desenvolvimento físico, cognitivo, social e emocional da criança.

⁴ A Casa de Acolhimento Ana Caroline Tenório Lima é uma instituição de acolhimento pública mantida pela Prefeitura Municipal de Araguaína.

O abandono ainda é uma realidade da contemporaneidade. Neste estudo, descrito como abandono parental, está assinalado pelo afastamento temporário do bebê/criança de seu seio parental. Uma situação de desamparo em que a institucionalização se apresenta como uma alternativa para a garantia e a continuidade da sobrevivência do *infans*. O abandono, aqui descrito, está abalizado pela ausência da assistência familiar para com o cuidado, a proteção, a criação e o desenvolvimento pleno do *infans*, ousrossim, pela falta da disposição subjetiva necessária para que ocorra a subsistência do sujeito infantil.

Autores como Bowlby (2015), Spitz (1945), Teperman, Garrafa e Iaconelli (2020) notam que o abandono parental ocorre, em sua maioria, por díspares circunstâncias, ademais, pontuam que a indisposição afeto-positiva por parte dos sujeitos parentais acarreta grandes prejuízos no desenvolvimento, na personalidade e no comportamento do sujeito infantil. Isso, em virtude da existência da “ligação entre os acontecimentos dos primeiros anos de vida e a estrutura e funcionamento da personalidade adulta”, ainda, porque “as raízes de nossa vida emocional mergulham na infância” (Bowlby, 2015, p. 14).

Ao sustentar-se nas teorizações citadas, pontua-se que a história, o antepassado dos adultos, sua indispensável presença para o cuidado e para a sobrevivência do sujeito infantil e o exercício de suas funções como sujeitos parentais e em espaços apropriados para a infância, influenciam nas competências e nas capacidades do bebê e da criança pequena, tanto no presente quanto no futuro.

A disposição por parte dos sujeitos parentais, em uma relação atuante, gera impactos positivos na promoção do desenvolvimento, o que interfere na sobrevivência do sujeito infantil e, possivelmente, na garantia de ganhos futuros em todos os seus aspectos: físico, econômico, social, emocional, psicossocial, dentre outros. Cabe aqui também destacar, como ganho, a transmissão da parentalidade saudável de geração a geração.

Assim, espera-se com este estudo, não somente evidenciar, por meio de números e escritas, os perfis dos sujeitos infantis que perpassaram por fraturas na parentalidade, mas, também, convocar os que pela tônica da parentalidade se interessam, à militar pela primeira infância; despontar no leitor o entendimento da necessidade do cuidado responsável e do fortalecimento dos vínculos parentais na principal fase da vida do sujeito humano, bem como, contextualizar que uma relação parental saudável é um fator de prenúncio para o desenvolvimento, levando o *infans* a se reconhecer como ser social pertencente à cultura e à sociedade.

A PARENTALIDADE E O DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Teperman, Garrafa e Iaconelli (2020, p. 7) circunscrevem a parentalidade como a “produção de discursos e as condições oferecidas pela geração anterior para que uma nova geração se constitua subjetivamente em uma determinada época”.

O termo “parentalidade”, referenciado pelas psicanalistas, expõe a atuação dual de sujeitos que se dispõe psiquicamente a exercerem as funções parentais, em outras palavras, revela a representatividade destes sujeitos frente ao exercício de transmitir, por meio da linguagem, da atuação contínua e do ambiente, mais que cuidados básicos, como: alimentação, higiene, dentre outros determinantes essenciais, para que o um novo sujeito, neste caso, o bebê e/ou a criança, se desenvolva e se constitua subjetivamente.

Observa-se, também, que, no contexto da parentalidade elucidado pelas autoras, existe um diálogo transgeracional, podendo este ser contínuo ou silenciado, positivo ou negativo; uma transmissão psíquica entre gerações, em que “os pais chegam antes, isto é, são eles quem primeiro assumem a posição a partir da qual podem designar à criança um lugar na cadeia transgeracional” (Garrafa, 2019, p. 28).

Em caráter corroborativo, Zornig (2010) ratifica que a parentalidade inicia-se antes mesmo do ato de nascer, abaliza ainda a tese do transgeracional assinalando que o exercício da parentalidade possui relação com as ocasiões oportunas tidas na infância. Fundamentada na psicanálise, ao especificar os elementos que tornam os sujeitos adultos em um pai e em uma mãe, a autora descreve que é na fase da infância, dos sujeitos que representam a função materna e a função paterna, que se inicia a parentalidade. “A pré-história da criança se inicia na história individual de cada um dos pais; o desejo de ter um filho reatualiza as fantasias de sua própria infância e do tipo de cuidado parental que puderam ter” (Zornig, 2010, p. 456).

Com base na autora percebe-se que os sujeitos, ainda quando criança, recebem subsídios de suas progêniens parentais, para posteriormente, em sua posição de adulto e em exercício de seus lugares, transmitirem com efetividade e com afetividade as suas denominadas funções.

O “neologismo” parentalidade, assim conceituado por psicanalistas, há exemplo de Teperman (2020) e Zornig (2010) surge em decorrência das novas estruturas familiares, atribuindo um novo sentido à palavra família. Sendo contextualizada como um termo não totalmente recente, mas muito discutido em um período em que as novas configurações familiares têm se evidenciado.

Ao tratar desse vocábulo, Zornig enuncia a “literatura psicanalítica francesa” e utiliza a década de 60 para mensurar o transcurso da “construção do exercício da relação dos pais com os filhos” (Zornig, 2010, p. 454).

Em conformidade com o novo verbete postulado à palavra “família”, o Manual para *la Paternidad Activa* – Programa P (2014, p. 20) destaca que:

Ao usar a palavra “família”, **troca-se o termo por “parentalidade” em virtude dos contextos familiares da atualidade**, é importante ter em mente a diversidade de famílias que existe além da tradicional, onde ambos os pais (mãe e pai), **não necessariamente sexo masculino e feminino**, vivem juntos em uma casa **ou ambiente acolhedor** com seus filhos/crianças. Uma definição mais abrangente de “família” é “qualquer grupo de indivíduos que formam uma casa baseada no respeito, **cuidado, proteção, amor e afeição**, e que fornecem suporte para manter seu bem-estar **físico, psíquico e social** (Bozett, citado em Limoge & Dickin, 1992, p. 46). Exemplos de outros tipos de famílias incluem: Famílias homoparentais; Mono-Parental; **pluriparentais** (famílias conjuntas; Pais residentes e não residentes; Pais adotivos; padrastos, avós (Eme/Redmas/Promundo, 2014, p. 20, **grifo nosso**).

Autores justificam a relevância em adjudicar novos sentidos ao vocábulo parentalidade, em virtude da capacidade de aceitação das transformações nas práticas sociais, de tal modo a tornar o referido termo “indispensável das mudanças no campo da família, no que diz respeito aos costumes quanto aos avanços da ciência no âmbito da procriação medicamente assistida” (Teperman, 2020, p. 89).

É preciso destacar que a expressão parentalidade, apoiada na psicanálise e tomando como nota a união de três fatores, a saber: biológico, psicológico e jurídico, mostra-se capaz de acompanhar as transformações exigidas pela contemporaneidade. De acordo com Teperman (2020, p. 91), o termo “segue essa tendência ao nomear e legitimar – via discurso jurídico – laços familiares antes não existentes e não regidos de vínculos biológicos, como os que evidenciam nas novas configurações familiares”.

Como se depreende, outrora, a família era formada por sujeitos héteros em uma relação de monogamia e de ordem nuclear, todavia, com o passar do tempo e da história, surgem novos padrões e estruturas familiares, diferentes do tradicional; o que para alguns ainda é representado pela busca do respeito e da aceitação, para outros, algo provável.

O que antes era descrito como um conjunto de pessoas formado por pai, por mãe e por filhos, sob um único teto, recebe nova definição, em um arranjo mono, pluri ou homoparental. Considere, a seguir, as palavras de Teperman (2019):

A partir das mudanças no campo da família e com os avanços da ciência, em particular no campo da procriação medicamente assistida, cada vez mais insiste a pergunta acerca de como nomear quem se ocupa das funções parentais. Nesse sentido, o termo *parentalidade* é muito bem-vindo, pois permite nomear laços familiares antes não existentes, não regidos pela biologia e independentemente

do sexo ou da orientação sexual de quem se ocupa das funções parentais. O que está em jogo no termo é a vontade individual de ocupar esse lugar (Teperman, 2019, p. 38).

Os contextos de família podem até terem assumido novas configurações, contudo, é a presença do adulto, a postura deste sujeito frente à cátedra do cuidado, da criação e da disposição para com o sujeito infantil que vai determinar a existência da parentalidade. Segundo Pitliuk (2020):

[...] vivemos em contextos muito diversificados, e os termos “mãe” e “pai” vêm perdendo suas referências mais estáveis. Homens estão assumindo posições antes exclusivas de mães, do mesmo modo que mulheres assumem lugares que eram entendidos como do pai; as crianças vão cada vez mais cedo para as escolas, o que faz com que muitas das funções ditas maternas e paternas passem à responsabilidade de equipes de pessoas se alternando; e a criação de filhos por casais homossexuais, assim como a monoparentalidade – por produção natural assistida, ou ainda por adoção, já fazem parte do nosso cotidiano (Pitliuk, 2020, p. 38).

No tocante a esse novo cenário de diferentes arranjos familiares, não é possível a descrição de uma configuração exata para aqui exemplificar o modelo ideal de família a partir do qual pode ser assegurada as condições indispensáveis à constituição subjetiva da criança, posto que, os fatores que envolvem a parentalidade passam pela via do inconsciente e dos desejos familiares escondidos. Importa-se, neste momento, esclarecer quem são estes sujeitos, ademais, como estes sujeitos se posicionarão para exercerem as funções parentais.

Os sujeitos responsáveis por transmitir aspectos afetivos, protetivos e positivos para o desenvolvimento biopsíquico social não necessitam ser os genitores, o pai e a mãe, o sexo masculino e o feminino, mas, sim, os responsáveis por acentuar o que se configura por parentalidade, “função de rede de suporte sensível – rede concreta e rede simbólica – do sujeito, nas múltiplas configurações que se fazem necessárias ao longo da vida humana” (Pitliuk, 2020, p.39).

Eis, a seguir, as considerações de Teperman (2019):

O nascimento de um filho não determina automaticamente a constituição das funções parentais; estas requerem um processo delicado de reordenamento simbólico e não estão determinadas pelos aspectos biológicos daqueles que constituem as figuras parentais. As funções parentais independem da realidade da reprodução, ou seja, não progenitores podem operar como pai e mãe (Teperman, 2019, p. 37).

Acresce também minutar que os sujeitos ao assumirem o lugar na parentalidade, por meio de suas heranças psíquicas, produzirão efeitos na personalidade e na constituição subjetiva da criança. É uma natureza de empréstimo no qual cada sujeito, em sua particularidade, imprimirá marcas e projetará na criança algo do inconsciente –

transgeracional, tendo em vista que “somos feitos de história que precisam ser contadas de novo e de novo e de novo, para que o novo possa advir” (Iaconelli, 2019, p. 22).

Em observação às colocações da autora deduz-se que é nesse íntimo que os sujeitos vão exercendo as funções parentais, assumindo um lugar na vida física, psíquica e social do bebê/criança, e isso é o que vai os tornando pais.

O nascimento de um filho implica uma dupla dimensão: para que um bebê sobreviva física e psiquicamente, é necessário inscrevê-lo em uma história familiar e transgeracional. No entanto, a dimensão ascendente da transmissão (filhos-pais) é igualmente fundamental, pois só o reconhecimento do filho em sua diferença permite aos pais construir uma relação com a marca do novo e da criatividade, indo além de uma repetição do passado e permitindo que o bebê se aproprie das marcas e inscrições de sua história relacional inicial (Zornig, 2010, p. 461-462).

A partir da citação exposta, entende-se que é a partir do interesse, da relação visível do desejo, da aspiração aportada pelos sujeitos presentes de corpo físico e psíquico, que a história transgeracional vai sendo comunicada, concomitantemente, as interferências culturais vão se infiltrando para que ocorra tanto o pedido do sujeito infantil quanto o aceite do adulto parental, ainda, as trocas afetivas e efetivas entre eles, o que gera o cuidado, a proteção, a saúde ao bem-estar físico, mental e social do bebê e/ou da criança.

Zornig (2010, p. 463) ressalta que a “mutualidade nas trocas entre pais e bebê” é o que oportuniza tanto o sujeito infantil principiar “o processo de subjetivação”, quanto aos sujeitos parentais “se apropriarem de seu lugar de pais”. E é a partir dessa co-construção do “lugar parental”, explicitada por meio da trilogia - exercício da parentalidade, experiência da parentalidade e prática da parentalidade, que se transcreve, segundo a autora, a necessidade de três eixos, para que sujeitos adultos se tornem pai e mãe. São eles:

O primeiro se refere ao exercício da parentalidade, aqui tomado no sentido de uma função que define e organiza os laços de parentesco e a transmissão de regras e valores de um determinado grupo social [...] o exercício da parentalidade se dá através dos aspectos jurídicos do parentesco e da filiação. O segundo eixo se refere à experiência da parentalidade, que compreende as modificações psíquicas que se produzem nos pais no decorrer do processo de sua transição para a parentalidade. O terceiro eixo é designado de prática da parentalidade, englobando todo o campo dos cuidados parentais, ou seja, o campo das interações afetivas e fantasmáticas entre os pais e seu filho (Zornig, 2010, P. 463).

Ao corroborar com o transcrito, Teperman (2019, p. 38) acrescenta que “para que advenha um sujeito naquele que nasce, é necessário um Outro⁵, que, assumindo

⁵ “Outro primordial/Grande Outro”. De caráter simbólico o “Outro” evidenciado por Lacan em suas elaborações iniciais com letra inicial maiúscula, representa o lugar da linguagem, da cultura, da organização

um lugar privilegiado para a criança, portanto um desejo não anônimo, ocupe-se de uma transmissão”, pondera ainda que “cada sujeito, a partir da elaboração de sua história única, responderá de forma singular às forças que o campo parental convoca” (Teperman, 2020, p. 16), visto que cada bebê/criança se constitui a partir de sua singularidade e de acordo com o que lhes for oferecido.

Cada bebê é uma “organização em marcha”. Em cada bebê há uma centelha vital, e seu ímpeto para a vida, para o crescimento e o desenvolvimento é uma parcela do próprio bebê, algo que é inato na criança e que é impelido para a frente de um modo que não temos de compreender (Winnicott ([1949], 2019b, p.29) citado por Pitliuk (2020, p. 40).

Iaconelli (2019), ao conceituar as funções parentais, também, define a importância do que é oferecido por esse Outro – ambiente representado pelos sujeitos que exercem a parentalidade:

atuação de um ou mais sujeitos que visa proteger física e moralmente um outro sujeito em constituição exercendo uma dedicação suficiente abnegada, contínua no tempo e consistente em qualidade, que considere este outro sujeito como semelhante humano, implica em oferecer condições para constituição de um sujeito, mas também nas condições de formação deste sujeito constituído (Iaconelli, 2019).

Filiados a autora entende-se que “*There is no such thing as an infant*”⁶, o que significa dizer, segundo a teoria de Winnicott ([1960] 1960), que: “onde há bebê, há alguém cuidando dele” (Pitliuk, 2020, p. 37).

Na esteira da psicanálise, o cuidado responsável, não necessariamente, deva ser executado, inherentemente, pela mãe/genitora ou pelo pai/genitor, existem distinções entre os termos mãe/pai e o par parental que exerce as funções de agente da parentalidade (agente da função materna e agente da função paterna). A presença da mãe nem sempre constitui uma segurança de que a função materna é exercida com afeto, plenitude e, principalmente, portada “de um desejo não anônimo”. Da mesma forma, a presença do pai nem sempre constitui uma segurança da existência da função paterna (Teperman, Garrafa e Iaconelli, 2020).

O que é necessário, de fato, é a prevalência da transmissão e das condições mínimas para que ocorra a constituição da subjetividade, desejante. “A família em sua

social e o lugar de onde provem as palavras da língua. Para que haja um laço entre o bebê e o outro-a (Autre), ou seja, o semelhante, é preciso existir uma linguagem, um significado, um endereçamento (pedido), do qual, por meio da interpretação da estrutura simbólica da linguagem, espera-se uma resposta.

⁶ Comentário realizado pelo pediatra e psicanalista Donald Woods Winnicott na década de 40 em reunião científica da Sociedade Psicanalítica Britânica.

função de resíduo, opera como espaço primordial onde se instala a pergunta sobre o desejo do outro" (Teperman, Garrafa e Iaconelli, 2020, p. 20).

Ainda, para a psicanálise e na parentalidade, a vida psíquica do bebê se inicia a partir de uma relação entre o inconsciente de quem exerce e a reação de quem recebe os tais cuidados. Pitliuk (2020, p. 37) adverte que o que prevalece é a "consideração de que a vida psíquica começa numa relação – mesmo que o bebê não tenha a menor ideia disso [...] a relação vem em primeiro lugar, e é dela que emergirá o sujeito humano".

A partir do momento em que os sujeitos que exercem a parentalidade se descobrem no bebê, constrói-se um laço de afeto, de cuidado, de respeito, de proteção e de responsabilidade; um enlace, antes não existente, que transcende o biológico e a consanguinidade. Nas palavras de Zornig (2010, p. 455) "a relação de consanguinidade ou aliança não é suficiente para assegurar o exercício da parentalidade", o contexto envolve, e muito, inúmeros outros fatores.

FRATURAS NA PARENTALIDADE EM UMA CIDADE MÉDIA: ARAGUAÍNA -TO

De acordo as ponderações anteriores, a ruptura no cuidado, a ausência de proteção, a inexistência do laço afetivo e as falhas no empréstimo psíquico, acarretam comprometimentos no desenvolvimento e na constituição psíquica do sujeito infantil, ou seja, a ausência de um sujeito adulto responsável na vida e para constituição subjetiva ocasionam grandes prejuízos à infância e à vida adulta.

Encontramos às vezes bebês em sofrimento que mostram uma desorganização no funcionamento das funções ou no estabelecimento dos primeiros ritmos corporais, bebês que contam muitas vezes com um Outro pouco disponível ou sem as condições psíquicas necessárias para enredá-lo no registro de trocas e dos jogos. Há ainda bebês que precisam de um Outro mais ativo e convocador, assim como bebês mais sensíveis a um Outro excessivo em sua demanda e estimulação (Teperman, Garrafa e Iaconelli, 2020, p. 14).

Coaduna-se com as autoras, quando elas retratam a importância da dedicação do "Outro" para com a criança. Contudo, cabe aqui registrar que, quando este Outro se encontra em estado de despreparo psíquico, tal situação pode ocasionar fragilidades, ademais, danos ao desenvolvimento da criança que está sob a sua responsabilidade parental. Nas palavras de Kehdy (2019):

A psicanálise, ao apresentar o que é minimamente necessário para a constituição subjetiva – função materna e função paterna –, distingue que há cuidadores que representam um risco para as crianças não pela pobreza material, mas por

impedimento psíquico de investir amorosamente, cuidar e proteger (Kehdy, 2019, p. 31).

Pertinente atentar-se ao transcrito, para assim ponderar as sequelas emocionais e estruturais que podem ser conferidas ao bebê e/ou à criança, quando há fraturas na relação parental.

Falar sobre parentalidade e vulnerabilidade é sobrepor dois campos de fragilidades e potências. De um lado temos as condições sociais nas quais pais, mães e cuidadores se sustentam para estar lá para bebês, crianças e jovens; de outro temos os desafios que cada sujeito em sua singularidade deverá enfrentar para estabelecer essa relação (Iaconelli, 2019, p. 22).

Diferentes autores discutem os prejuízos acarretados com a fratura na parentalidade. Estudos demonstram que a criança que vivência situações de fragilidades e negligências nos primeiros anos de vida, possivelmente, poderá manifestar os mesmos padrões sofridos na infância quando forem adultos, seja no seu lar com o cônjuge ou mesmo quando tiverem que assumir uma função dentro da parentalidade. Tais nuances se referem a experiências passadas, tendo em vista que “cada um de nós é capaz de fazer a aquilo que nos foi feito. O adulto tirano, que maltrata os mais fracos, é a criança tiranizada e maltratada que cresceu” (Bowlby, 2015, p. 185).

Do ponto de vista social, disserta-se a necessidade de romper ciclos transgeracionais contraproducentes e cada vez mais buscar possibilidades de fortalecer os laços entre o sujeito do cuidado e o sujeito cuidador.

Diversos são os motivos que suscitam a ocorrência desta fratura: morte e/ou ausência do Outro, indisponibilidade afetiva, sofrimento psíquico, abandono, dependência química do par parental, violências, dentre outras inúmeras negligências as quais usurpam os direitos às crianças. Concomitantemente, diferentes são os destinos e futuro destas crianças, sendo um deles, o encaminhamento para um abrigo temporário.

Quando o Estado subentende que os sujeitos parentais não mais se dispõem aptos para exercer a parentalidade – ruptura do laço, destitui-los de seus direitos e, em ordem judicial, encaminha o bebê/criança para o acolhimento de ordem institucional, cita-se: o amparo por meio de abrigos ou por casa de acolhimento.

Garrafa (2019) explana que:

Os motivos que levam uma família a perder a guarda de uma criança geralmente se engendram em contextos de extrema vulnerabilidade social e envolvem situações de violência ou negligência. Durante o período de acolhimento institucional pelo estado, diversas iniciativas são tomadas para possibilitar o retorno da criança a sua família de origem, como articulação da rede de serviços e equipamentos públicos, o trabalho psicossocial para a reintegração familiar e a

busca por parentes mais distantes que assumem os cuidados com a criança. (Garrafa, 2019, p. 28).

É valido evocar que o amparo de bebês/criança de até seis anos de idade, os quais são o foco desta pesquisa, em abrigos e/ou em casa de acolhimento é excepcional e provisório, o que significa que a família não terá a perda total do direito à convivência e, dentro das possibilidades e deferimentos, poderão ter a chance de (re)exercer a parentalidade novamente, isso se e quando as situações de fragilidades forem supridas.

O acolhimento em um abrigo temporário ocorre a partir do encaminhamento de uma “autoridade competente” e em cumprimento de medidas protetivas, dentre elas cita-se as medidas aportadas no Estatuto da Criança e do Adolescente, sendo o acolhimento, como já descrito, provisório e institucional, aplicado em casos de ameaça e violação dos direitos da criança.

Outro fator a ser destacado é que entremos à chegada do momento da reinserção do bebê/criança ao seio parental ou a entrega desta a um parente próximo ou até mesmo para adoção, ocorre, quando de agrado e se houver vontade do novo sujeito parental, um laço entre o bebê/criança e um novo sujeito, o que implica a tomada dos lugares parentais sendo reconstruídos.

Para Garrafa (2019), um “enlace com uma nova relação”. Destaca-se a importância da responsabilidade a ser adotada por estes novos cuidadores, posto que “o acolhimento e o laço com o bebê não apagam suas dores e desconfortos, porém se colocam como condições fundamentais para seguir adiante” (Garrafa, 2019, p. 28) e, quem sabe, à busca de uma nova disposição, um novo risco, uma reorganização de subsistência dentro de uma nova parentalidade.

Aproximando a realidade aludida ao recorte espacial do estudo, é premente trazer aos descritos a caracterização da cidade em que se revela os descritos e resultados deste estudo: Araguaína - TO.

Cruz e Borges (2021) destacam a cidade de Araguaína em seu célebre desenvolvimento estrutural, crescimento econômico e populacional. Com 65 (sessenta e cinco) anos de criação, a cidade exibe um visível desenvolvimento nos distintos níveis: planejamento urbano, educação, saúde, emprego e renda. Fatores que levam as autoras a considerarem Araguaína como uma cidade de “porte médio” e atrativa (Cruz e Borges, 2021, p. 5).

A segunda cidade mais populosa do estado do Tocantins. Em aspectos gerais, encontra-se situada na Região Norte Brasileira, localizada ao norte do Estado de Tocantins, na Amazônia Legal, possuindo uma extensão territorial de 4.004,646 km² e

uma população total aproximada de 186.245 mil habitantes (Cruz e Borges, 2021, p. 5).

Ao longo de 13 anos (março de 2008 a dezembro 2021), Araguaína abrigou e continua a abrigar, temporariamente, em duas instituições públicas, a saber: Casa de Acolhimento Ana Caroline Tenório Lima⁷ e Casa Lar⁸ (C.L.), crianças e adolescentes em situações de vulnerabilidades. Sujeitos que, por uma suposta “fratura”, “falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável” (Brasil, 2019, p. 53), ou seja, por um provável ato infracional acometido por um dos, ou pelos cuidadores parentais, perpassam por uma situação de fragilidades. No caso específico desta pesquisa: pela conjuntura da fratura parental.

Tal acolhimento se faz necessário para que, a partir de decisões dos órgãos competentes, sejam tomadas as providências cabíveis e a fim de que a criança e/ou o adolescente em situação de vulnerabilidade, diga-se: parental receba a assistência necessária e a proteção durante a sua permanência na instituição, até que haja a sua reintegração ao seio parental (quando há a possibilidade), seja adotado, tenha alcançado a idade máxima de permanência na casa (18 anos de idade), ou mesmo, até que se legalize-se os meios para que a estes sujeitos sejam assegurados a oportunidade e a continuidade do desenvolvimento.

METODOLOGIA

Metodologicamente, o percurso trilhado por Cruz (2022) em sua pesquisa, parte, preliminarmente, de um arquivo digital constituído no âmbito da Casa de Acolhimento Ana Carolina Tenório Lima, a saber: documento “Controle de Entrada e Saída dos Acolhidos”⁹. Deste, foram retiradas as variáveis de representatividade da vulnerabilidade parental, as quais foram, (re)tabuladas em planilha Excel,

⁷ A Casa Ana Caroline Tenório Lima atua em disposição e atendimento a bebês e crianças de até 06 anos de idade, de ambos os sexos, ademais crianças e adolescente com até 18 anos de idade incompletos, do sexo feminino.

⁸ A Casa Lar, em extensão a Casa Ana Caroline Tenório Lima, atua em disposição e atendimento de crianças/adolescentes, de 7 a 18 anos de idade incompletos, do sexo masculino.

⁹ **Documento de Controle de Entrada e Saída dos Acolhidos** – Trata-se de um documento institucional (banco de dados em planilha *Word*) criado e organizado pela coordenação da Casa de Acolhimento Ana Carolina Tenório Lima. Neste, constam informações da vida social e institucional dos bebês, das crianças de até seis anos de idade (sexo masculino e feminino) e das adolescentes de até 18 anos de idade (sexo feminino) acolhidos na Casa Ana Caroline Tenório Lima. Na referida planilha constam informações como: fluxo de entrada e saída de acolhidos, acolhimentos mensais, judicialização ou não dos acolhimentos (número do processo judicial), composição familiar, naturalidade, migrações, reintegrações, motivos do acolhimento, data de entrada e saída, idade, sexo, entre outras informações pertinentes a institucionalização.

concomitante, importadas, rotuladas e submetidas a relações cruzadas e a testes não paramétricos - Qui-quadrado de Person, na ferramenta do *Statistical Package for Social Sciences - SPSS*. Das análises, pós submissão e testes no *SPSS*, também, resultaram as associações significativas deste estudo.

Pertinente elucidar que este estudo ocorreu com o deferimento dos órgãos competentes. No que diz respeito a identidade dos sujeitos infantis, foi respeitado as questões de sigilo, impostas pelos atos e conselhos normativos. Destarte, foi gerado um estudo de dados secundários de natureza documental, em um recorte temporal abrangendo os 13 anos de funcionamento da casa (2008 a 2021), ademais, em um recorte etário para as crianças da primeira infância (0 a 06 anos de idade) que tiveram seus direitos violados, consequentemente, sofreram fraturas na parentalidade e que, temporariamente, residiram ou estão a residir sob o olhar investigativo da justiça.

RESULTADOS: O RETRATO DE UMA PRIMEIRA INFÂNCIA, EM SITUAÇÃO DE ABANDONO PARENTAL

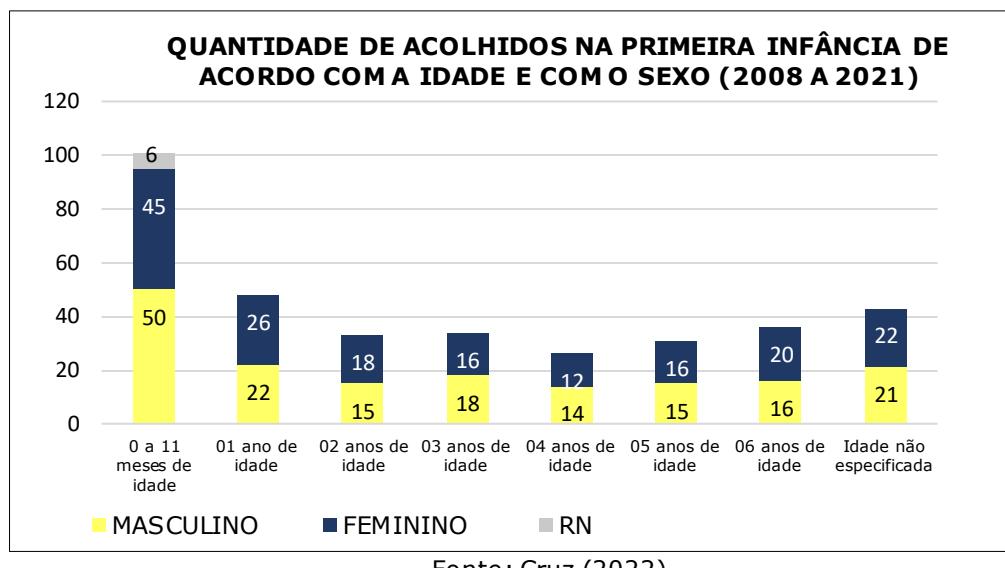
Do cômputo de sujeitos infantis, de março de 2008 a dezembro de 2021, obteve-se um total de aproximadamente 28,05% bebês e crianças de até seis anos de idade, do sexo masculino e feminino, abrigadas, especificamente e temporariamente, na Casa de Acolhimento Ana Carolina Tenório Lima. Cabe ressaltar que esse público equivale a quase um terço dos casos totais de acolhimento, ou seja, uma amostra com um número absoluto de 1.390 bebês e crianças, de uma população de 4.955 sujeitos.

Trataram-se de bebês e crianças pequenas de diferentes locais do município (zona urbana e rural), do estado do Tocantins e de outras Unidades da Federação – UF. Caracterizadas como crianças da primeiríssima infância (0 a 03 anos de idade) e crianças da última fase da primeira infância (04 e 05 anos de idade), que ingressaram no abrigo a partir de um atendimento (pós denúncia ou detecção de situação de vulnerabilidade) realizado pelo Conselho Tutelar - CT ou pelo Juizado da Primeira Infância. Versam-se sobre uma primeira infância que por algum motivo se encontraram, ou mesmo, ainda se encontram, sob a guarda do Estado, afastadas de seus lares e do seio parental.

Da idade dos acolhidos e das etapas da primeira infância

Do cômputo de acolhidos na primeira infância, da Casa de Acolhimento Ana Carolina Tenório Lima, contabilizaram-se, do ano de 2008 a 2021, um total de 101 (28,7%) bebês de 0 a 11 meses de idade; 48 (13,6%) bebês de 01 ano de idade; 33 (9,4%) crianças muito pequenas com 02 anos de idade e 34 (9,7%) crianças muito pequenas de 03 anos de idade. Ainda, 26 (7,4%) crianças pequenas de 04 anos de idade; 31 (8,8%) crianças pequenas de 05 anos de idade e 36 (10,2%) crianças de 06 anos de idade. Aos números revelados somam-se 43 (12,2%) crianças que não tiveram a idade especificada na ficha de acolhimento. O Gráfico 01, a seguir, representa o supracitado quantitativo:

Gráfico 01 – Quantidade de acolhidos na primeira infância de acordo com a idade e com o sexo, ano 2008 a 2021



Fonte: Cruz (2022)

A partir dos números apresentados e analisando estatisticamente o sexo dos acolhidos, contabilizam-se 175 (49,7 %) crianças do sexo feminino, 171 (48,6 %) crianças do sexo masculino e 06 (1,7 %) bebês com o sexo não especificado. Revela-se uma similaridade proximal entre os sexos de cada idade, ainda, a prevalência de uma leve tendência nos percentuais para o sexo feminino.

No que diz respeito as etapas da primeira infância, nota-se uma maior incidência para o acolhimento na primeiríssima infância, com destaque para os bebês com a faixa etária de 0 a 11 (onze) meses de idade. Pormenorizando os números, contabilizam-se 217 (61,6%) bebês e crianças pequenas e 92 (26,1%) crianças de 04 a 06 anos de idade.

Compreende-se que toda criança, desde a sua tenra idade e independente da sua faixa etária, necessita de oportunidades para obter êxito no desenvolvimento e na vida. Para alguns, no início da vida, as possibilidades apropriadas à sobrevivência são apresentadas em uma maior escala, para outras, em virtudes das distintas circunstâncias, em uma menor equivalência.

Entretanto, é consabido que à toda e qualquer criança, sem distinção, deve ser garantida a “prioridade absoluta” (CF, 1998). Outrossim, têm-se uma esperança, por parte de muitos, de que tais, possam crescerem em um ambiente seguro, saudável, de respeito, provido de afeto, interações, vivências significativas com brincadeiras, exclusas de negligências, de sofrimentos agressivos, exploratórios, físicos e psíquicos.

Da naturalidade dos acolhidos na primeira infância

Segundo o Dicionário Jurídico Brasileiro, a naturalidade pode ser entendida a partir dos seus diferentes sinônimos. Nesse passo, as naturalidades deste estudo podem ser compreendidas como o local, a cidade, o município, o distrito, o Estado, a província ou a região, na qual a criança, sujeito humano de direito, nasceu (SANTOS, 2001).

A Tabela 01 e o Mapa 01, a seguir, apresentam as Unidades Federativas e as cidades/municípios de naturalidade das crianças que tiveram os laços interrompidos na primeira infância, em Araguaína-TO:

Tabela 01 – Unidades Federativas da naturalidade das crianças da primeira infância, em situação de vulnerabilidade parental

UNIDADE DA FEDERAÇÃO (UF)	CIDADE OU MUNICÍPIO DO ACOLHIMENTO (URBE) E RESPECTIVA QUANTIDADE			
Pará	Belém	1	Redenção	1
	Eldorado dos Carajás	1	Rio Maria	1
	Novo Repartimento	1	Santana do Araguaia	1
	Pacajá	1	São Félix do Xingú	1
	Parauapebas	5	São Geraldo	2
Goiás	Goiânia	9		
Maranhão	Açaílândia	1	Estreito	1
	Balsas	1	Riachão	1
Minas gerais	Belo Horizonte	1		
São Paulo	Tam baú	1		
Tocantins	Aragominas	1	Gurupi	1
	Araguaína	195	Miracema	1
	Araguanã	2	Miranorte	1
	Babaçulândia	1	Muricilândia	2
	Carmolândia	1	Nova Olinda	4
	Colinas	2	Pedro Afonso	3
	Esperantina	1	Wanderlândia	4
	Goiatins	1	Xambioá	2

Fonte: Cruz (2022)

Das 352 (100%) crianças do universo amostral, somente 252 (71,6%) apresentaram a transcrição da naturalidade nos documentos da casa. Do restante, enumera-se um total de 100 (28,4%) crianças com seus percentuais não inclusos nos descritos em virtude da ausência de informações, sobretudo, referente a sua naturalidade.

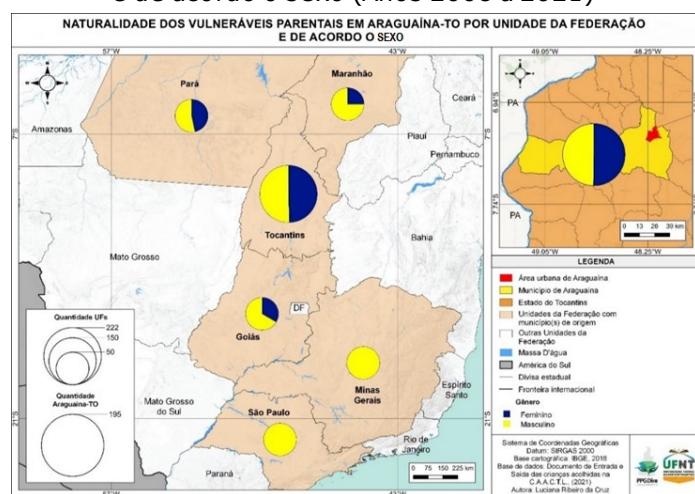
Os dados expostos na tabela 01, revelam um quantitativo de 222 (duzentos e vinte e duas) crianças de naturalidade do Estado do Tocantins. A partir deste número, pode-se afirmar uma maior mobilidade espacial de acolhidos para o município em que está localizada a casa de acolhimento - em Araguaína, contabilizando um total de 195 (cento e noventa e cinco) bebês e crianças.

Crianças naturais de outros municípios do Tocantins também receberam o acolhimento em Araguaína. Destas municipalidades, cita-se: Aragominas, Araguanã, Babaçulândia, Carmolândia, Colinas, Esperantina, Goiatins, Gurupi, Miracema, Miranorte, Muricilândia, Nova Olinda, Pedro Afonso, Wanderlândia e Xambioá. Dos municípios citados, 40% são municípios limítrofes de Araguaína.

Os dados ainda apontaram um atendimento para 15 (quinze) crianças naturais de municípios do Pará - PA, sendo elas de: Belém, Eldorado dos Carajás, Novo Repartimento, Pacajá, Parauapebas, Redenção, Rio Maria, Santana do Araguaia, São Feliz do Xingu, São Geraldo; 09 (nove) crianças de Goiânia - GO; 04 (quatro) crianças de municípios do Maranhão - MA, sendo elas de: Açailândia, Balsas, Estreito, Riachão; 01 (uma) criança de Minas Gerais, sendo ela de Belo Horizonte e 01 (uma) criança de São Paulo, sendo ela de Tambaú.

Para melhor ilustrar as naturalidades supra descritas e o sexo dos acolhidos de acordo com suas respectivas Unidades da Federação, mobiliza-se o Mapa 01, a seguir:

Mapa 01 - Naturalidade dos vulneráveis parentais em Araguaína - TO, por Unidade da Federação e de acordo o sexo (Anos 2008 a 2021)



Fonte: Cruz (2022)

De acordo com o fluxo ilustrado, evidencia-se um número mais expressivo de acolhidos na primeira infância, naturais de municípios do Estado do Tocantins ($\approx 88\%$), seguido pelos municípios dos estados do Pará ($\approx 6\%$), Goiás ($\approx 3,6\%$), Maranhão ($\approx 1,6\%$), Minas Gerais ($\approx 0,4\%$) e São Paulo ($\approx 0,4\%$).

Ainda, uma ínfima prevalência de naturalidades para o sexo masculino, de explicação não pesquisada neste estudo. Em números e percentuais, são 131 ($\approx 52\%$) bebês e crianças pequenas do sexo masculino e 121 ($\approx 48\%$) do sexo feminino.

Dos registros com a naturalidade de diferentes locais do Tocantins, contabilizam-se um total de 222 (duzentos e vinte e duas) crianças, sendo 112 (cento e doze) do sexo masculino e 110 (cento e dez) do sexo feminino. Destas, 97 (noventa e sete) meninos e 98 (noveenta e oito) meninas, naturais de Araguaína.

Nascidos no estado do Pará contabilizam-se 15 (quinze) acolhidos, sendo 08 (oito) do sexo masculino e 07 (sete) do sexo feminino. De naturalidade do Goiás estabelece-se um número de 09 (nove) acolhidos, sendo 06 (seis) do sexo masculino e 03 (três) do sexo feminino. Do Maranhão registra-se 04 (quatro) naturalidades, sendo 03 (três) do sexo masculino e 01 (uma) do sexo feminino. Para encerrar os cálculos, registram-se os casos de naturalidade de Minas Gerais e São Paulo, com uma única criança natural de cada estado e ambas do sexo masculino.

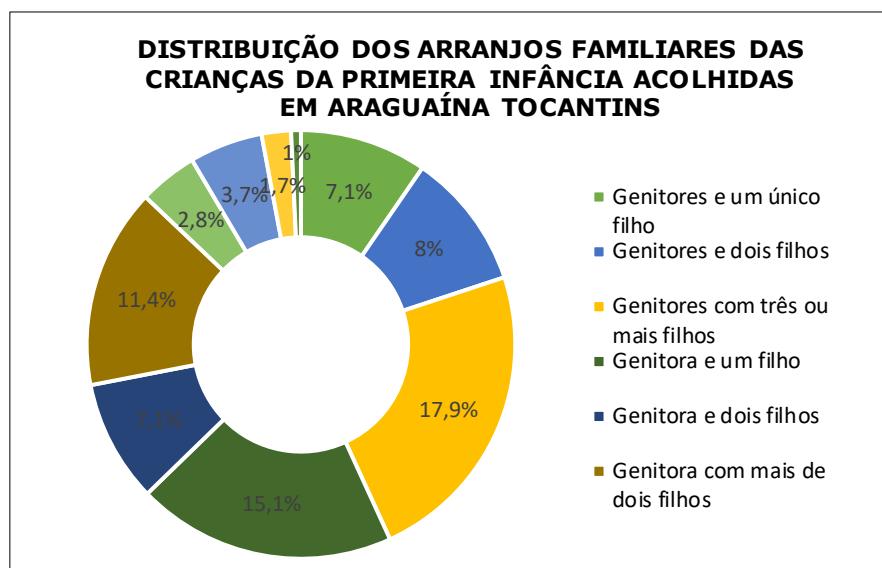
Da configuração parental e dos motivos do acolhimento: o abandono como um motivo significativo

Os arranjos familiares nas últimas décadas têm passado por mudanças ao que diz respeito as diferentes configurações nos laços sociais e nos arranjos familiares, reconhecidos, na atualidade, a partir do vocábulo parentalidade (Teperman, 2020).

Significando a realidade dos laços parentais dos acolhidos da primeira infância, em Araguaína – TO, elucida-se os seguintes percentuais: 26 (7,4%) são crianças pertencentes ao modelo familiar formado pelos genitores e um único filho; 28 (8%) pelos genitores e dois filhos; 63 (17,9%) pelos genitores com três ou mais que três filhos; 53 (15,1%) pela genitora e um filho; 25 (7,1%) pela genitora e dois filhos; 41 (11,6%) pela genitora com mais de dois filhos; 12 (3,4%) pelo genitor e filho(s); 15 (4,3%) pelos avós (materno e/ou paterno) e um dos genitores; 06 (1,7%) pela genitora e padrasto e 02 (0,6%) por outras composições familiares.

Em completude aos dados, ressalta-se que 81 (22,9%) das crianças não tinham a composição familiar declarada em ficha de acolhimento. O Gráfico 02, a seguir, representa os arranjos familiares:

Gráfico 02 – Distribuição dos arranjos familiares das crianças da primeira infância acolhidas em Araguaína - TO



Fonte: Cruz (2022)

Dos modelos familiares, observa-se uma prevalência para configuração parental composta pelos genitores com três ou mais que três filhos, seguido pelas composições: genitora com um filho(a) e genitora com dois filhos. Nessas duas últimas configurações citadas, destaca-se a irrepresentatividade de uma das figuras parentais para com a disposição do sujeito infantil.

Na parentalidade, espera-se que haja a disposição de sujeitos adultos, ou mesmo, de muitos e diferentes sujeitos, há exemplo, um parente próximo, os avós, cuidadores de abrigo, funcionários (babás), profissionais da creche, dentre outros para exercer as funções parentais, ou seja, a função materna e a função paterna. Sujeitos capazes de se incumbir do bebê e da criança pequena. É esta “rede mínima”, assim denominada por especialistas e psicanalistas, que possibilitará o adulto responsável a ter a guarda de sua criança, em seu modelo e arranjo familiar.

Do teste Qui-quadrado de Person no *Software Statistical Package for Social Sciences - SPSS* aos resultados significativos do estudo: o abandono.

Diante a chamativa e em atenção ao peso da representatividade das figuras parentais ao desenvolvimento na infância é que se submeteu, sucessivamente, a

variável “configuração parental” em diferentes tabulações no Teste Qui-quadrado de Person, são elas: configuração parental com sexo, configuração parental com etapa da infância e configuração parental com motivos de acolhimento.

Em resposta as tabulações cruzadas realizadas, obteve-se um valor significativo entre as variáveis: configuração parental x etapa da infância. A Tabela 02, a seguir, apresenta o resultado da associação significativa encontrada:

Tabela 02 - Análise da distribuição da configuração parental em relação as etapas da infância

Configuração Parental	Etapa da Infância									
	Total		Primeiríssima Infância		Fase final da infância		Fase não identificada		Valor p	
	%	N	%	N	%	N	%			
Genitores e um filho	26	7,4%	20	5,7%	4	1,1%	2	0,6%	0,250	
Genitores e dois filhos	28	8%	16	4,5%	6	1,7%	6	1,7%	0,291	
Genitores com três ou mais filhos	63	17,9%	35	9,9%	23	6,5%	5	1,4%	0,092	
Genitora e um filho	53	15,1%	48	13,6%	4	1,1%	1	0,3%	0,000 *	
Genitora e dois filhos	25	7,1%	17	4,8%	6	1,7%	2	0,6%	0,735	
Genitora com mais de dois filhos	41	11,6%	24	6,8%	13	3,7%	4	1,1%	0,653	
Genitor e filho(s)	12	3,4%	7	2,0%	5	1,4%	0	0,0%	0,261	
Avós e um dos genitores	15	4,3%	10	2,8%	5	1,4%	0	0,0%	0,318	
Genitora e padrasto	6	1,7%	3	0,9%	2	0,6%	1	0,3%	0,838	
Outras composições familiares	2	0,6%	2	0,6%	0	0,0%	0	0,0%	0,535	

*Valor p obtido pelo teste Qui-quadrado de Person onde $p \leq 0,05$, em negrito
Valor p obtido no teste: ,001*, ou seja, $\leq 0,05$ o que significa existir uma associação

Teperman (2020) defende a dependência de um bebê para que ele possa desenvolver-se e aprimorar as suas competências. Aduz ainda que este desenvolvimento precisa ocorrer dentro de um período definido. No caso em estudo, trata-se do célebre intervalo denominado “janela de oportunidades”, conceituado por inúmeros especialistas e estudiosos da infância como primeira infância. Didonet em entrevista para Almeida e Silva (s/d, s/a) aduz que “é na primeira infância que se constrói a base da vida adulta”.

Em continuidade as análises e submissões e considerando a variável motivos de acolhimento uma variável de vulnerabilidade, foram realizados outros testes e novas tabulações. Dos resultados, foi observado, uma associação significativa entre o motivo “abandono” e o “sexo” do acolhido. Em tempo, ressalta-se que cada bebê ou criança

acolhida apresentava em sua ficha a transcrição de mais de um motivo de acolhimento, tendo desta forma uma opção de múltiplas respostas. A Tabela 03, a seguir, expõe a associação significativa a partir do valor $p \leq 0,05$ obtido:

Tabela 03 – Análise da distribuição dos motivos do acolhimento em relação ao sexo na amostra dos acolhidos do presente estudo (2008 - 2021)

Motivos do acolhimento	Total		Masculino		Feminino		Sexo Valor p
	N	%	N	%	N	%	
Abandono	116	33,5	70	20,2	46	13,3	,004 *
Abuso sexual	18	5,2	9	2,6	9	2,6	,960
Adoção à brasileira	5	1,4	3	0,9	2	0,6	,634
Ausência da saúde dos pais	9	2,6	6	1,7	3	0,9	,294
Dependência química dos pais/Alcoolismo	77	22,3	37	10,7	40	11,6	,785
Em trânsito	10	2,9	7	2,0	3	0,9	,187
Encaminhado pelo Juizado da Infância	1	0,3	0	0	1	0,3	,322
Maus tratos	99	28,6	49	14,2	50	14,5	,986
Mendicância	4	1,2	2	0,6	2	0,6	,981
Negligência	78	22,5	35	10,1	43	12,4	,361
Orfandade	2	0,6	1	0,3	1	0,3	,987
Passagem rápida	63	18,2	36	10,4	27	7,8	,175
Risco social e pessoal	44	12,7	25	7,2	19	5,5	,294
Situação econômica	13	3,8	9	2,6	4	1,2	,145
Trabalho infantil	3	0,9	2	0,6	1	0,3	,548
Motivo não declarado	48	13,9	19	5,5	29	8,4	,142

*Valor p obtido pelo teste Qui-quadrado de Person onde $p \leq 0,05$, em negrito
Valor p obtido no teste: ,003*, ou seja, $\leq 0,05$ o que significa existir uma associação

Dos dezesseis motivos supra expostos em tabela e sem contabilizar os percentuais para os RNs, observou-se uma maior incidência para a presença do abandono (33,5%), seguida pelos maus tratos (28,6%), negligência (22,5%) e dependência química dos pais (22,3%).

Do valor de significância, revela-se o abandono, descrito neste estudo como um abandono parental. A ruptura de um enlace, um desvinculo, mais que isso, a ausência de um laço necessário para o desenvolvimento infantil. Bowlby (2015) pontua o “abandono” como uma das experiências mais desagradáveis e desfavorecedoras ao desenvolvimento infantil.

Ainda que o valor “p” tenha sido significativo apenas para o motivo do acolhimento “abandono”, os demais motivos merecem ser considerados. Tanto o abandono parental quanto os outros eventos analisados, que se configuram como uma ruptura dos vínculos, seja com os pais biológicos, ou mesmo, em segunda instância,

com parentes não consanguíneos (cuidadores parentais), podem acarretar danos e complicações à saúde física, mental, ao social e à personalidade da criança, podendo ainda ocasionar complicações para a vida futura e comprometer as suas próximas gerações (Teperman, Garrafa e Iaconelli, 2020).

Segundo Bowlby (2015, p. 34) estes sujeitos infantis poderão estar “despreparados para a renovação quando se tornarem pais”. E essa transmissão transgeracional é explicada pelo autor pelo complexo fato de que “os sentimentos que são despertados em nós quando nos tornamos pais têm muito em comum com os sentimentos que foram suscitados em nós quando crianças por nossos pais e irmãos”.

As reflexões e citações expostas não se tratam de uma justificativa para a situação de abandono descrita neste estudo, mas sim, de uma conclusão comprovada cientificamente. Bowlby (2015; 2006) veem a aclarar as inquietações relacionadas a este assunto ao sinalizar em seus escritos que a “elevada incidência de vínculos afetivos desfeitos” aumentam as chances de na infância as crianças apresentarem síndromes psiquiátricas, a exemplo: a “personalidade psicopática (ou sociopatia) e a depressão [...] a delinquência e ao suicídio” (Bowlby, 2015, p. 106).

Psicanalistas como Teperman (2020), Bowlby (2015), Spitz (1945), comprovam por meio de pesquisas e estudos científicos que a ausência da figura do cuidado, de forma particular, do agente que representa a figura materna, comprometem o crescimento saudável e o desenvolvimento da criança. Citam de pronto, outras sequelas como: o atraso no desenvolvimento motor, na linguagem, bem como, a ausência do desejo, do animo e do interesse pelo Outro, muitas das vezes chegando a regressar o tempo de vida do bebê e levar até a morte (hospitalismo).

A partir das ponderações, pode-se dizer que esta separação gera na criança uma desordem, como também a deixa fortemente afetada, até porque a criança da primeira infância está vivenciando uma fase da vida em que sua subjetividade se encontra em desenvolvimento, ou seja, encontra-se inábil para prosseguir sozinha e em harmonia as especificidades requeridas nos primeiros anos de vida. Há menos que se estabelece num curto espaço de tempo uma substituição da função parental.

Em tempo, é preciso pronunciar que, não somente o abandono, mas, qualquer ato infracional pode ocasionar efeitos negativos no desenvolvimento da criança e gerar complicações. Ainda, neste estudo, não se trata de condenar ou mesmo apontar que o acolhimento temporário seja prejudicial, ou mesmo desfavorável ao desenvolvimento da criança, mas sim, apontar os possíveis efeitos negativos que a fratura na parentalidade pode trazer ao desenvolvimento da criança, caso não se estabeleça no

ambiente de acolhimento substitutivos afetivos para a criança. De igual modo, mostrar a importância de um convívio parental seguro e saudável.

É importante citar, também, que nem todas as crianças da primeira infância acolhidas, em Araguaína, tiveram seus laços rompidos em sua totalidade. Cabe ao acolhimento proporcionar, dentro das especificidades de cada caso, o fortalecimento dos laços e, em primeira instância, a reintegração ao âmbito familiar, por meio de medidas adequadas e por meio dos diferentes serviços ofertados pela rede de apoio. Em medida protetiva e quando realizados de acordo com os parâmetros legais, os serviços de acolhimento, asseguram a proteção e a garantia dos seus direitos, oferecendo à criança abrigada, naquele momento, novas condições para a reconstituição dos laços, seja por meio da reintegração, do convívio em uma família substituta, pela adoção, guarda ou tutela.

Do mesmo modo, nota-se ao Estado e aos municípios a incumbência de ofertar suporte para os agentes da função parental para que eles possam (re)exercer seus momentos de disposição com vontade e com a psique organizada.

Assim, em corroboração aos descritos citados, comprehende-se que “o impacto do abandono ou do afastamento do convívio familiar pode ser minimizado se as condições de atendimento no serviço de acolhimento **e os agentes do cuidado responsável** propiciarem experiências reparadoras à criança e ao adolescente e a retomada do convívio familiar” (Brasília, 2019, p. 19, **grifo nosso**).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De março de 2008 a dezembro de 2021, em Araguaína, cidade média considerada em célebre progresso, foi identificado um total de 352 (trezentos e cinquenta e dois) bebês e crianças de até seis anos de idade, abrigados em uma instituição pública de acolhimento temporário. Tratam-se de sujeitos infantis que apresentaram em seus primeiros escritos da vida e principal fase do desenvolvimento, uma incerteza no que diz respeito ao seu futuro e ao retorno ao seu lar, uma quebra no convívio parental e um rompimento nas interações familiares, as quais deveriam ser contínuas.

Apresentar dados e percentuais, tais como: quantidade de acolhimentos, anos do acolhimento, sexo, idade, naturalidade, configuração parental e motivos do acolhimento, em uma instituição pública de Araguaína, não deixa de ser complexo.

Visivelmente os resultados aqui expostos podem até parecer anódinos se comparado com as impiedosas estimativas e aturadas características de outros

pequenos cidadinos. Contudo, se observado pelo viés do comprometimento e das consequências que a ruptura dos laços parentais traz ao desenvolvimento infantil, o retrato do abandono e do acolhimento em Araguaína-TO, torna-se alarmante e catastrófico à vida do bebê/criança da primeira infância, bem como, para as próximas gerações.

A gestação, o nascimento, os percursos vindouros e inerentes a sobrevivência de um bebê e de uma criança pequena, requerem cuidados, empréstimo psíquico, atenção, instâncias. Os primeiros seis anos de vida de um sujeito infantil exigem afeto, atenção, proteção, assim como, novos olhares ao que se refere a (re)construção dos laços parentais a partir das interações afetuosas e das vivências positivas.

Dos perfis expostos, firma-se a perspectiva pela (re)constituição de uma nova parentalidade, ou mesmo, pela execução de intervenções profícias, apoio efetivo e recursos disponíveis, para que os sujeitos que abandonaram seus filhos(as) encontrem subsídios psíquicos, emocionais, econômicos e/ou uma rede de apoio, para assim, retornarem a exercer as suas funções e se (re)encontrarem na sociedade e no mundo.

A guisa de encerramento, corrobora-se com Teperman, Garrafa e Iaconelli (2020) e reafirma-se com este estudo a importância do desempenho dos sujeitos que se dispõe para com a criança, sendo este um dos fatores preponderantes para o desenvolvimento. Fala-se de uma liga, de um enlaçamento entre o bebê e o Outro, o que depende da autêntica, ou mesmo, do eventual desejo deste último citado.

REFERÊNCIAS

DIDONET, Vital. Falando sobre a Primeira Infância. [Entrevista cedida a] Almeida & Silva. Disponível no site: <<http://consultoriaprimeirainfancia.com/entrevista-com-vital-didonet-falando-sobre-primeira-infancia/>>. Acessado em: 31 janeiro de 2021.

BOWLBY, John. **Cuidados maternos e saúde mental**/John Bowlby; com a colaboração de Mary D. Salter Ainsworth; tradução Vera Lúcia Baptista de Sousa e Irene Rizzini. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006

BOWLBY, John. **Formação e rompimento dos laços afetivos**; tradução Álvaro Cabral; revista da tradução Luis Lorenzo Rivera. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

BRASILIA. **Orientações técnicas**: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Unesco, CONADA, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Conselho Nacional de Assistência Social. Brasília, 2019.

CRUZ, Luciana Ribeiro da. **Planejamento urbano para a primeira infância e vulnerabilidade parental em Araguaína - TO, Amazônia Legal**. 2022. 178 f.

Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós- Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais., Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2022.

CRUZ, Luciana Ribeiro da.; BORGES, Thelma Pontes. **Infância e Pobreza em Araguaína/TO na pandemia da COVID-19.** Revista BARU - Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos. Goiânia, v. 7, n.2, p. 24, nov., de 2021.

EME; REDMAS; PROMUNDO. **Programa P:** Manual para o exercício da paternidade e do cuidado. Cultura Salud/EME, REDMAS, Instituto Noos, Instituto Promundo, 2014.

FRANÇA, Rafaela Mota Paixão; ROCHA, Zeferino. **Por uma ética do cuidado na psicanálise da criança.** Psicol. USP. vol.26. n.3. São Paulo. set./dez. 2015. p. 414-422.

GARRAFA, Thais. Os pais chegam antes. Discutir a adoção de crianças a partir de três anos evidencia riscos e desafios na constituição da parentalidade. In: IACONELLI, Vera. Dossiê Parentalidade e Vulnerabilidades. Condições, impasses e saídas no exercício da parentalidade em nossa época. **CULT Revista Brasileira de Cultura**, São Paulo-SP, ed. 251, ano 22, p. 18 – 39, nov. 2019. ISSN: 1414707-6.

IACONELLI, Vera. Dossiê Parentalidade e Vulnerabilidades. Condições, impasses e saídas no exercício da parentalidade em nossa época. **CULT Revista Brasileira de Cultura**, São Paulo-SP, ed. 251, ano 22, p. 18 – 39, nov. 2019. ISSN: 1414707-6.

IACONELLI, Vera. Entrevista com Vera Iaconelli: Psicanálise e parentalidade. **Quintal Amendola.** 2019. (1h37min38s). Disponível no site: <<https://www.youtube.com/watch?v=k3IOYxqCFGU>>.

IACONELLI, Vera. Sobre as origens: muito além de mãe. In: TEPEMAN, D.; GARRAFA, T.; IACONELLI, V. (org.). **Parentalidade.** Coleção Parentalidade & Psicanálise. Volume 1. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica: 2020.

KEHDY, Roberta Wanderley. Quando não há aldeia para criar uma criança. Invisibilidade e visibilidade: paradoxo da parentalidade em situações de vulnerabilidade de laço social. **CULT Revista Brasileira de Cultura**, São Paulo-SP, ed. 251, ano 22, p. 18 – 39, nov. 2019. ISSN: 1414707-6.

KEHDY, Roberta Wanderley. Redes de apoio: cuidar de pais na chegada de um filho. In: TEPEMAN, Daniela; GARRAFA, Thais; IACONELLI, Vera (org.). **Laço.** Coleção Parentalidade & Psicanálise. Volume 2. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica: 2020.

PITLIUK, Lia. Winnicott e os desafios da parentalidade. In: TEPEMAN, Daniela; GARRAFA, Thais; IACONELLI, Vera (org.). **Laço.** Coleção Parentalidade & Psicanálise. Volume 2. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica: 2020.

SANTOS, Washington dos. S337 **Dicionário jurídico brasileiro** / Washington dos Santos. Belo Horizonte: Del Rey, 2001. 340 p. - 15,5 x 22,5 cm. ISBN 85.7308-458-8.

SPITZ, René Arpad. Hospitalism: An Inquiry Into the Genesis of Psychiatric Conditions in Early Childhood. **Psychoanalytic Study of the Child**, n. 1, p. 53-74, 1945.

TEPERMAN, Daniela. Dossiê Parentalidade e Vulnerabilidades. Sangue não é água, convivência também não. Certezas, anônimos e garantias na família quando há doação de material genético. **CULT Revista Brasileira de Cultura**, São Paulo-SP, ed. 251, ano 22, p. 18 – 39, nov. 2019. ISSN: 1414707-6.

TEPERMAN, Daniela. Parentalidade para todos, não sem a família de cada um. In: TEPEMAN, Daniela; GARRAFA, Thais; IACONELLI, Vera (org.). **Parentalidade**. Coleção Parentalidade & Psicanálise. Volume 1. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica: 2020.

TOREZAN, Zeila Cristina Facci; AGUIAR, Fernando. O sujeito da psicanálise: particularidades na contemporaneidade. **Rev. Mal-estar e subjetividade**. Fortaleza, vol 11, n.º 2, p. 525-554, 2011

ZORNIG, Silvia Maria Abu-Jamra. **Tornar-se pai, tornar-se mãe**: o processo de construção da parentalidade. *Tempo Psicanalítico*. Rio de Janeiro, vol. 42, 2, p. 453-470, 2010.

NOTAS

TÍTULO DA OBRA

PARENTALIDADE FRATURADA NA PRIMEIRA INFÂNCIA: UM ESTUDO SOBRE O ABANDONO E O ACOLHIMENTO, EM ARAGUAÍNA – TO

Fractured Parenting in Early Childhood: a Study on Abandonment and Reception, in Araguaína – To

Luciana Ribeiro da Cruz

Mestra em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais
Universidade Federal do Tocantins/UFT

Secretaria Municipal de Educação/SEMED
Araguaína, Brasil
luciana_rib_cruz@hotmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-9408-3286>

Thelma Pontes Borges

Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano

Mestrado em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais

Universidade Federal do Norte do Tocantins/UFNT
Araguaína, Brasil
thelma.borges@ufnt.edu.br

 <https://orcid.org/0000-0001-6073-8937>

ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA DO PRINCIPAL AUTOR

Av. Campos Elíseos, n. 600, Setor Noroeste, CEP: 77824-060, Araguaína, TO, Brasil. Araguaína, Tocantins.

AGRADECIMENTOS

Não se aplica.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: T. P. Borges, L. R. Cruz

Coleta de dados: T. P. Borges, L. R. Cruz

Análise de dados: T. P. Borges, L. R. Cruz

Discussão dos resultados: T. P. Borges, L. R. Cruz

Revisão e aprovação: T. P. Borges, L. R. Cruz

CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO – uso exclusivo da revista

Os autores cedem à **Zero-a-Seis** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER – uso exclusivo da revista

Universidade Federal de Santa Catarina. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância - NUPEIN/CED/UFSC. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES – uso exclusivo da revista

Márcia Buss-Simão.

HISTÓRICO – uso exclusivo da revista

Recebido em: 14-06-2023 – Aprovado em: 18-01-2024